

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.942 - AC
(2019/0294853-0)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ALEX SANDRO DE ALMEIDA LIMA**
ADVOGADOS : **ALESSANDRO CALLIL DE CASTRO - AC003131**
 LUCAS VIEIRA CARVALHO - AC003456
 MARCUS VENICIUS NUNES DA SILVA - AC003886
RECORRIDO : **ESTADO DO ACRE**
PROCURADOR : **NEYARLA DE SOUZA PEREIRA BARROS**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de concessão de liminar, interposto por Alex Sandro de Almeida Lima contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre assim ementado (e-STJ, fl. 305-306):

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA CIVIL. FASE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SOCIAL. CONTRAINDICAÇÃO. ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM O CARGO. VIDA PREGRESSA. CONDENAÇÃO POR CRIME QUE POSSUI PENA MÍNIMA SUPERIOR A QUATRO ANOS. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA ISONOMIA. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. O ingresso nas fileiras da Polícia Civil do Estado do Acre, por força do disposto no art. 73, inciso I, da LCE 129/2004 (Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Acre), pressupõe a idoneidade moral do candidato.
2. O item 17.2 do edital de abertura do certame estabelece que a investigação criminal e social visa verificar se o candidato possui idoneidade no âmbito social, funcional e criminal necessária para exercer o cargo pretendido, enquanto que está disposto no item 17.3 que a Secretária de Estado de Polícia Civil será responsável pela investigação, emitindo parecer se o candidato é "indicado" ou "contraindicado" para o cargo, observando-se os critérios de avaliação dos itens 17.6 a 17.7.9. Ainda, o item 17.7.4 dispõe que o candidato será avaliado como contraindicado se "tiver sido denunciado por crimes previstos no Código Penal Brasileiro, que possuam pena mínima superior a quatro anos".
3. Na fase de investigação social levada a termo pela comissão do concurso, apurou-se que o Impetrante foi denunciado pela prática do crime de homicídio tentado, tipo penal que detém pena mínima superior a 4 (quatro) anos, a indicar a sua inaptidão e incompatibilidade para o exercício da função de policial civil, guardando a sua não recomendação consonância com as normas de regência do certame, além do art. 66, alínea "c", art. 69, inciso III, e art. 73, inciso I, da LCE 129/2004.
4. A exclusão do Impetrante não afrontou os princípios constitucionais da

Superior Tribunal de Justiça

razoabilidade, proporcionalidade e da presunção da inocência, porquanto lastreada em acontecimentos da vida pessoal que, da maneira como ocorreram e independentemente do desfecho penal que possam ter alcançado, sinalizaram para sua inaptidão para o exercício da atividade -fim da Polícia Civil do Estado do Acre.

5. Segurança denegada.

Alega o recorrente, em síntese, ter sido indevidamente considerado contraindicado no concurso público da Polícia Militar do Estado do Acre, na fase de investigação social e criminal, por constar em seus assentamentos processo criminal de 2005, em que foi concedida a suspensão condicional do processo, já tendo sido cumprido o período de prova, com a competente sentença de extinção da punibilidade.

Aduz que a "suspensão condicional do processo se assemelha à transação penal, no sentido de ser um instituto despenalizador. Ademais, cuida, inclusive, de um benefício mais maleável. Isso porque, ao contrário da transação penal, o *sursis* processual não possui restrição temporal".

Dessa forma, alega que a jurisprudência da Corte Constitucional Brasileira impede a arbitrariedade de retirar do certame pessoa beneficiada por instituto despenalizador, sob pena de afronta ao princípio da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, LVII, da CF.

Requer a antecipação da tutela recursal, para que possa continuar no certame referido, argumentando que:

No dia 16 de abril de 2019 foram convocados diversos candidatos para o Curso de Formação, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Acre nº 12.533, em anexo.

Na referida convocação, concedeu o prazo de 20 a 31 de maio para a matrícula no Curso de Formação, sendo que o seu início ocorrerá em 01 de julho de 2019.

É o relatório.

A respeito da possibilidade de concessão de tutela de urgência (inclusive na instância recursal), assim dispõem os arts. 294, 300 e 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

[...]

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Superior Tribunal de Justiça

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Como é possível verificar, o novo Código de Processo Civil ratificou a posição consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda na vigência do CPC/1973, de permitir a antecipação dos efeitos da tutela recursal ou a concessão de efeito suspensivo a recursos especial, extraordinário ou ordinário quando presentes, de forma cumulativa, os requisitos do *fumus boni juris*, correspondente à probabilidade de êxito do recurso, e do *periculum in mora*, relativo ao risco de dano grave e de difícil reparação ao direito.

No caso, os argumentos invocados pelo recorrente-impetrante, em princípio, demonstram a necessidade de dilação probatória, o que é inviável em mandado de segurança ante a exigência de prova pré-constituída.

Outrossim, verifica-se que o pedido liminar se confunde, inteiramente, com o próprio mérito da impetração, o que denota a índole satisfativa do pleito, tornando inviável seu acolhimento.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A LIMINAR. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DE CANDIDATA. ANÁLISE DE *FUMUS BONI IURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o *fumus bonis juris* e o *periculum in mora*" (AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010).

2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 49.441/MG, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 10/3/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. REQUISITOS. PROCESSUAL CIVIL. COGNIÇÃO SUMÁRIA. AUSÊNCIA DO *PERICULUM IN MORA*. CARÁTER SATISFATIVO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO.

[...]

3. Ademais, o pleito liminar, no caso *sub examine*, confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, razão pela qual, diante da sua natureza satisfativa, torna inviável o acolhimento do pedido. (v.g.: AgRg no MS 14090/DF, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 01.07.2010).

4. Agravo regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(RCD no MS 20.976/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/6/2014, DJe 17/6/2014)

AGRAVO REGIMENTAL - MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR - NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO - PRETENSÃO DE CUNHO SATISFATIVO.

1. A determinação de nomeação para o cargo a que foi candidato o impetrante é medida antecipatória do pleito final, confundindo-se com o mérito do *mandamus*, circunstância que inviabiliza a concessão da liminar no presente caso, dado seu caráter satisfativo.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no MS 19.997/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/6/2013, DJe 21/6/2013)

Desse modo, deve o feito aguardar o julgamento no momento oportuno, após a manifestação do *Parquet* Federal.

Não bastasse isso, o *periculum in mora* não está caracterizado, na hipótese, pois, como afirmado pelo próprio recorrente, o curso de formação do qual visava participar teve início em 1º de julho do ano corrente, circunstância que retira, em virtude do tempo decorrido, o requisito de urgência ínsito ao pleito liminar.

Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para emissão de parecer.

Após, retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator